

ÍNDICE GERAL

PARTE I NORMAS ESTADUAIS

▪ CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO (CESP/1989)

▪ ADCT ESTADUAL

▪ CONSUMIDOR

LEI ESTADUAL Nº 17.832/2023, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2023, CONSOLIDA TODA A LEGISLAÇÃO RELATIVA À DEFESA DO CONSUMIDOR NO ESTADO

▪ EDUCAÇÃO

LEI Nº 10.125, DE 4 DE JUNHO DE 1968 – INSTITUI O CÓDIGO DE EDUCAÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO

LEI Nº 17.341, DE 11 DE MARÇO DE 2021 – ESTABELECE NORMAS GERAIS SOBRE SEGURANÇA ESCOLAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

▪ HABITAÇÃO E URBANISMO

LEI Nº 12.801/2008, DE 15 DE JANEIRO DE 2008 – POLÍTICA ESTADUAL DE HABITAÇÃO

LEI COMPLEMENTAR Nº 1.257, DE 6 DE JANEIRO DE 2015, INSTITUI O CÓDIGO ESTADUAL DE PROTEÇÃO CONTRA INCÊNDIOS E EMERGÊNCIAS E DÁ PROVIDÊNCIAS CORRELATAS

LEI Nº 17.557, DE 21 DE JULHO DE 2022, DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO PROGRAMA ESTADUAL DE REGULARIZAÇÃO DE TERRAS, NOS CASOS EM QUE ESPECIFICA

▪ INCLUSÃO SOCIAL

LEI Nº 10.948, DE 05 DE NOVEMBRO DE 2001 – DISPÕE SOBRE AS PENALIDADES A SEREM APLICADAS À PRÁTICA DE DISCRIMINAÇÃO EM RAZÃO DE ORIENTAÇÃO SEXUAL

LEI Nº 14.187, DE 19 DE JULHO DE 2010 – DISPÕE SOBRE PENALIDADES ADMINISTRATIVAS A SEREM APLICADAS PELA PRÁTICA DE ATOS DE DISCRIMINAÇÃO RACIAL

LEI Nº 16.544, DE 06 DE OUTUBRO DE 2017 – INSTITUI A POLÍTICA ESTADUAL DE ATENÇÃO ESPECÍFICA PARA A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA NO ESTADO DE SÃO PAULO

LEI Nº 17.346, DE 12 DE MARÇO DE 2021 – INSTITUI A LEI ESTADUAL DE LIBERDADE RELIGIOSA NO ESTADO DE SÃO PAULO

▪ INFÂNCIA E JUVENTUDE

LEI Nº 10.498/2000, DE 05 DE JANEIRO DE 2000 – DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DE NOTIFICAÇÃO COMPULSÓRIA DE MAUS TRATOS EM CRIANÇAS E ADOLESCENTES

LEI Nº 17.347, DE 12 DE MARÇO DE 2021 – INSTITUI A POLÍTICA ESTADUAL PELA PRIMEIRA INFÂNCIA DE SÃO PAULO

LEI Nº 17.652/2023, DE 17 DE MARÇO DE 2023 – INSTITUI A POLÍTICA PAULISTA DE PREVENÇÃO DAS MORTES VIOLENTAS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES, NO ÂMBITO DO ESTADO DE SÃO PAULO

▪ MEIO AMBIENTE E MUDANÇAS CLIMÁTICAS

LEI ESTADUAL Nº 997, DE 31 DE MAIO DE 1976 – DISPÕE SOBRE O CONTROLE DA POLUIÇÃO DO MEIO AMBIENTE

LEI ESTADUAL Nº 7.750, DE 31 DE MARÇO DE 1992 – DISPÕE SOBRE A POLÍTICA ESTADUAL DE SANEAMENTO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

LEI ESTADUAL Nº 11.977, DE 25 DE AGOSTO DE 2005 – INSTITUI O CÓDIGO DE PROTEÇÃO AOS ANIMAIS DO ESTADO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LEI ESTADUAL Nº 12.300, DE 16 DE MARÇO DE 2006 – INSTITUI A POLÍTICA ESTADUAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS E DEFINE PRINCÍPIOS E DIRETRIZES

LEI ESTADUAL Nº 13.798, 09 DE NOVEMBRO DE 2009 – INSTITUI A POLÍTICA ESTADUAL DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS – PEMC

LEI ESTADUAL Nº 16.337, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2016 – DISPÕE SOBRE O PLANO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS – PERH E DÁ PROVIDÊNCIAS CORRELATAS

▪ **PESSOA COM DEFICIÊNCIA**

LEI Nº 12.907/2008 – CONSOLIDA A LEGISLAÇÃO RELATIVA À PESSOA COM DEFICIÊNCIA NO ESTADO DE SÃO PAULO

▪ **PESSOA IDOSA**

LEI Nº 12.548/2007 – POLÍTICA ESTADUAL DO IDOSO (CONSOLIDOU TODA LEGISLAÇÃO ESTADUAL SOBRE PESSOA IDOSA)

▪ **SAÚDE PÚBLICA**

LEI COMPLEMENTAR Nº 791, DE 09 DE MARÇO DE 1995 – ESTABELECE O CÓDIGO DE SAÚDE NO ESTADO

LEI ESTADUAL Nº 10.083/1998 – DISPÕE SOBRE O CÓDIGO SANITÁRIO DO ESTADO DE SÃO PAULO

PARTE II
DIREITO INSTITUCIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE SÃO PAULO

LEI ORGÂNICA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO (LEI COMPLEMENTAR ESTADUAL Nº 734/1993)

RESOLUÇÃO Nº 965/2016-PGJ, DE 16 DE MAIO DE 2016.....

RESOLUÇÃO Nº 1.193-CPJ, DE 11 DE MARÇO DE 2020.....

RESOLUÇÃO Nº 1.225, DE 3 DE SETEMBRO DE 2020.....

RESOLUÇÃO Nº 1.229/2020-PGJ-CGMP, DE 24 DE SETEMBRO DE 2020.....

RESOLUÇÃO Nº 1.618/2023-PGJ-CPJ-CGMP, DE 5 DE MAIO DE 2023.....

RESOLUÇÃO Nº 1.919/2024-PGJ-CGMP, DE 18 DE SETEMBRO DE 2024.....

RESOLUÇÃO Nº 2.078/2025-PGJ, DE 3 DE JUNHO DE 2025

RESOLUÇÃO Nº 2.208/2025-CPJ, DE 4 DE DEZEMBRO DE 2025.....

RESOLUÇÃO Nº 2.251/2026-CPJ, DE 27/02/2026.....

PARTE III
RESOLUÇÕES (CNJ E CNMP)

▪ **CNJ**

RESOLUÇÃO CNJ Nº 125/2010: INSTITUI A POLÍTICA JUDICIÁRIA NACIONAL DE TRATAMENTO ADEQUADO DE CONFLITOS DE INTERESSES

RESOLUÇÃO CNJ Nº 213/2015: REGULAMENTA A AUDIÊNCIA DE CUSTÓDIA

RESOLUÇÃO CNJ Nº 225/2016 - INSTITUI A POLÍTICA NACIONAL DE JUSTIÇA RESTAURATIVA NO PODER JUDICIÁRIO

RESOLUÇÃO CNJ Nº 235/2016: REGULAMENTA O SISTEMA DE PRECEDENTES OBRIGATORIOS NO JUDICIÁRIO.....

| | |
|---|--|
| RESOLUÇÃO CNJ Nº 253/2018: INSTITUI A POLÍTICA INSTITUCIONAL DO PODER JUDICIÁRIO DE ATENÇÃO E APOIO ÀS VÍTIMAS DE CRIMES | |
| RESOLUÇÃO CNJ Nº 350/2020: TRATA DA COOPERAÇÃO JUDICIÁRIA NACIONAL ENTRE ÓRGÃOS DO PODER JUDICIÁRIO | |
| RESOLUÇÃO CNJ Nº 484/2022 (ESTABELECE DIRETRIZES PARA A REALIZAÇÃO DO RECONHECIMENTO DE PESSOAS EM PROCEDIMENTOS E PROCESSOS CRIMINAIS) | |
| RESOLUÇÃO CNJ Nº 485/2023 (ENTREGA VOLUNTÁRIA PARA ADOÇÃO) | |
| RESOLUÇÃO CNJ Nº 487/2023 (POLÍTICA ANTIMANICOMIAL DO PODER JUDICIÁRIO) | |
| RESOLUÇÃO CNJ Nº 492, DE 17 DE MARÇO DE 2023 (ADOÇÃO DE PERSPECTIVA DE GÊNERO NOS JULGAMENTOS EM TODO O PODER JUDICIÁRIO) | |

▪ CNMP

| | |
|--|--|
| RESOLUÇÃO Nº 23/2007 – INQUÉRITO CIVIL E PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS | |
| RESOLUÇÃO CNMP Nº 118/2014 (POLÍTICA NACIONAL DE INCENTIVO À AUTOCOMPOSIÇÃO - TAC E ACORDOS) | |
| RESOLUÇÃO Nº 164/2017 – DISCIPLINA A EXPEDIÇÃO DE RECOMENDAÇÕES PELO MINISTÉRIO PÚBLICO BRASILEIRO | |
| RESOLUÇÃO Nº 174/2017 – DISCIPLINA A INSTAURAÇÃO E TRAMITAÇÃO DA NOTÍCIA DE FATO (NF) E DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO (PA) NO MINISTÉRIO PÚBLICO BRASILEIRO | |
| RESOLUÇÃO Nº 179/2017 – TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA | |
| RESOLUÇÃO CNMP Nº 181/2017 (REGULAMENTAÇÃO DO PROCEDIMENTO INVESTIGATÓRIO CRIMINAL - PIC) | |
| RESOLUÇÃO CNMP Nº 228/2021 (ATUAÇÃO EM DEFESA DE PCD E POVOS TRADICIONAIS) | |
| RESOLUÇÃO CNMP Nº 230/2021 E 228/2021 (ATUAÇÃO EM DEFESA DE PCD E POVOS TRADICIONAIS) | |
| RESOLUÇÃO CNMP Nº 243/2021 (POLÍTICA INSTITUCIONAL DE PROTEÇÃO INTEGRAL E PROMOÇÃO DE DIREITOS E APOIO ÀS VÍTIMAS) | |
| RESOLUÇÃO Nº 261/2023 INSTITUI O CÓDIGO DE ÉTICA DO MINISTÉRIO PÚBLICO BRASILEIRO | |
| RESOLUÇÃO CNMP Nº 279, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2023 | |
| RESOLUÇÃO CNMP Nº 287, DE 12 DE MARÇO DE 2024 | |
| RESOLUÇÃO CNMP Nº 293, DE 28 DE MAIO 2024 | |
| RESOLUÇÃO CNMP Nº 306/2025 (REGULAMENTAÇÃO DO ANPC PELO MP) | |
| RESOLUÇÃO CNMP Nº 310/2025 (INVESTIGAÇÃO DE MORTES E OUTRAS FORMAS DE VIOLÊNCIA POR INTERVENÇÃO POLICIAL) | |
| RESOLUÇÃO Nº 314/2025: DISCIPLINA A COOPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO E ENTRE ESTES E OUTRAS PESSOAS, ÓRGÃOS, INSTITUIÇÕES E ENTIDADES | |
| RESOLUÇÃO Nº 323/2026. REGULAMENTA O DIREITO DE PERMUTA NACIONAL AOS MEMBROS DOS MINISTÉRIOS PÚBLICOS DOS ESTADOS, PREVISTO PELA EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 130/2023 | |

PARTE IV PRECEDENTES QUALIFICADOS

| | |
|---|--|
| SÚMULAS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO | |
| SÚMULAS DA PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO MPSP | |

PARTE V ÍNDICES REMISSIVOS ALFABÉTICOS

| | |
|--|--|
| ÍNDICE REMISSIVO EXCLUSIVO DA CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO | |
| ÍNDICE REMISSIVO EXCLUSIVO DA LEI ORGÂNICA DO MPSP (LCE Nº 734/1993) | |